

APRESENTAÇÃO: CLASSES SUBALTERNAS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS¹

Roberto Rocha Coelho Pires²
Daniel Pitangueira de Avelino³

Esta edição do *Boletim de Análise Político-Institucional* (Bapi) conta com quatro artigos que compõem o dossiê temático *Classes Subalternas e Instituições Públicas*. Os artigos são fruto de pesquisas conduzidas no âmbito do programa e rede de pesquisa Lower Classes and Public Institutions (Loci), coordenada internacionalmente pelo professor Vincent Dubois, da Universidade de Estrasburgo, envolvendo pesquisadores de dezoito países na Europa, na América Latina e na Austrália. No Brasil, o projeto vem sendo coordenado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e conta com a participação de pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

O primeiro artigo do dossiê é de autoria de Vincent Dubois. Nele, o coordenador da rede internacional apresenta os fundamentos teóricos e metodológicos do programa de pesquisa, envolvendo uma abordagem sociológica qualitativa baseada no conceito de classes subalternas de Pierre Bourdieu e nos debates da antropologia do Estado e das instituições, além dos aportes de estudos sobre encontros e interações nas linhas de frente dos serviços, como é o caso da perspectiva associada à burocracia do nível de rua (*street-level bureaucracy*). Essas articulações teóricas produzem uma espécie de interacionismo crítico que nos permite pensar como as interações com as instituições públicas interferem na construção das trajetórias e do lugar social dos sujeitos pertencentes às classes sociais desfavorecidas. Do ponto de vista metodológico, o programa Loci propõe o exercício do olhar a partir do ponto de vista dos membros das classes subalternas nas interações com as instituições públicas, por meio de uma abordagem centrada nas pessoas (*people-centered approach*), destinada a comparar, em vários cenários nacionais, transformados pela virada neoliberal, os diversos e mutáveis papéis que as instituições públicas desempenham na vida dos membros das classes subalternas e na reestruturação dessas classes como um grupo social.

Os três artigos subsequentes apresentam os resultados preliminares de pesquisas orientadas pelo arcabouço Loci no contexto brasileiro. Pesquisas qualitativas com inspiração etnográfica foram realizadas em três cidades – Brasília, João Pessoa e São Paulo. Seguindo o princípio da unidade de espaço, em cada cidade foram delimitados territórios – um bairro, setor ou área reconhecida – que estabilizam e dão concretude ao contexto no qual as pessoas experimentam o Estado e suas instituições no cotidiano. A pesquisa nesses territórios envolveu extensiva observação *in loco* e entrevistas em profundidade, permitindo tanto a visualização de situações de interação com as instituições quanto o acesso a relatos de encontros e relações estabelecidas com instituições no passado, ao longo da trajetória de vida dos interlocutores.

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi35apresenta>

2. Técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em exercício no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) como coordenador-geral de indicadores e evidências em direitos humanos. *E-mail*: <roberto.pires@mdh.gov.br>.

3. Editor-chefe do Bapi; membro da carreira de políticas públicas e gestão governamental em exercício na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea. *E-mail*: <daniel.avelino@ipea.gov.br>.

O artigo de Joana Mostafa, Roberto Pires e Marcelo Galiza, do Ipea, problematiza os encontros e desencontros da população em situação de rua em Brasília com as instituições provedoras de serviços públicos em áreas diversas, como assistência social, saúde, segurança e documentação. Os autores argumentam que a eventual experiência de acesso aos serviços públicos por parte das pessoas em situação de rua resulta do envolvimento, do trabalho e da interferência de uma multiplicidade de outros agentes operando em processos de intermediação. Esses processos, além de reforçarem a percepção de que as relações com as instituições podem ser mediadas ou indiretas, chamam atenção para o caráter constituinte dos esforços aportados por outros na construção e reconstrução contínua e coletiva do acesso a serviços públicos. Além de apresentar o contexto de desenvolvimento da pesquisa, o artigo sistematiza contribuições teóricas importantes da antropologia da intermediação e analisa empiricamente os percursos e as experiências de pessoas em situação de rua no acesso a serviços públicos na região central de Brasília. Como conclusão, delinea-se uma agenda de pesquisa voltada para o aprofundamento da discussão sobre a intermediação no acesso a serviços públicos.

Em seguida, o artigo de Nínive Fonseca Machado (Ipea) e Rogério de Souza Medeiros (UFPB) leva os leitores ao contexto de um bairro de baixa renda em João Pessoa, na Paraíba. Os autores apostam em uma abordagem biográfica que, por meio de entrevistas em profundidade com mulheres beneficiárias de serviços públicos, restitui as trajetórias de vida percorridas por elas desde suas infâncias até se tornarem adultas, salientando os momentos e o contexto em que as instituições públicas são acessadas, bem como a forma como elas se relacionam com os serviços. Por meio da análise das trajetórias de vida, os autores identificam elementos socioculturais importantes – valores morais, sentidos de dignidade e valor próprio, senso de pertencimento, de obrigação e de responsabilidade – que interferem no acesso, na compreensão, na confiança ou desconfiança que elas desenvolvem em relação a essa instituição.

Por fim, o artigo de Giordano Magri, Gabriela Lotta e Juliana Rocha Miranda (FGV) nos leva ao território pejorativamente conhecido como Cracolândia, na cidade de São Paulo. Em meio a um quadro extremamente complexo de conflitualidade, construído ao longo das últimas décadas a partir de intensa presença do Estado e de diversos grupos em situação de extrema vulnerabilidade, os autores buscam refletir sobre o conceito de vínculo, tão presente nas formulações das políticas de cuidado nas áreas de assistência social e saúde. A ideia de vínculo é tomada como categoria analítica para a abordagem das dinâmicas e dos imbricamentos que envolvem a relação entre as burocracias de nível de rua e os diferentes grupos vulnerabilizados. Trata-se de relação que neste contexto é permeada pela violência, especialmente a policial, o que faz com que a implementação de políticas públicas de cuidado e atenção também seja atravessada pelo conflito.

Em conjunto, os artigos tornam evidente que a análise da atuação do Estado com base exclusivamente nas categorias que organizam as práticas institucionais nos dá uma visão muito parcial dos processos de intervenção estatal. Os resultados preliminares produzidos até aqui reforçam que é igualmente crucial compreender as categorias que organizam as relações sociais em que as populações usuárias dos serviços públicos estão imersas, assentadas em territórios específicos, e que afetam diretamente as chances de que essas ações estatais sejam ou não efetivadas. Como refletem Nínive Fonseca Machado e Rogério de Souza Medeiros no terceiro artigo desta edição, é preciso se perguntar mais e mais sobre o que é o Estado para quem tem sua vida afetada pelas ações do Estado. Considerando-se o contexto recente de ampliação da pobreza e retração das ofertas de bens e serviços públicos, acentuadas pela pandemia de covid-19, precisamos compreender melhor as dificuldades

enfrentadas pelas instituições na atenção e na inclusão de grupos vulnerabilizados, assim como os efeitos dessas dificuldades nas experiências das pessoas que necessitam dos serviços.

Além do dossiê temático, completam a edição outras três notas de pesquisa, relacionadas a temas que compõem a agenda de pesquisa da Diest. Na primeira delas, Gabriel de Oliveira Accioly Lins traz um estudo sobre previsão de homicídios no estado do Rio de Janeiro. O autor faz uso de técnicas de previsão e avaliação, de acordo com as práticas da literatura internacional, para tentar estabelecer um modelo preditivo do número de homicídios dolosos no estado. Com isso, são apresentadas evidências da capacidade preditiva de modelos univariados, o que pode contribuir para a previsão da dinâmica criminal e o planejamento da política de segurança.

A segunda nota de pesquisa, elaborada por Daniel Pitanguieira de Avelino e Roberta Santos Lemos, traz uma análise documental sobre as práticas de participação adotadas pela recém-criada Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Com ênfase nos procedimentos de consulta à sociedade (tomadas de subsídios, consultas e audiências públicas), os autores identificam que o quadro normativo adotado pela autarquia favorece a transparência e a continuidade dessas interações. Há, no entanto, alguns desafios a serem superados em relação ao tratamento dessas contribuições nos processos decisórios do órgão.

Por fim, no último artigo, Roberto Passos Nogueira faz uma avaliação das dimensões quantitativas do contingente de pessoas com deficiência nos órgãos da administração pública federal. O autor, depois de discutir o conceito de deficiência e as regras especiais para pessoas com deficiência no serviço público, apresenta os principais dados oficiais sobre esse grupo no âmbito federal. Essas informações sobre os servidores públicos permitem interpretar a deficiência tendo por base um complexo quadro de determinantes socioeconômicos que dão origem a suas dificuldades cotidianas de vida e trabalho.

Com isso, mais uma vez, esta publicação pretende continuar contribuindo para o debate sobre as relações entre as instituições públicas brasileiras e a sociedade na qual se inserem, em especial sob o ponto de vista das classes menos favorecidas.

